

O perigoso impacto da crise na educação

Orfeu Bertolami

Departamento de Física e Astronomia
Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
orfeu.bertolami@fc.up.pt
<http://web.ist.utl.pt/orfeu.bertolami/homeorfeu.html>

Há ideias que impregnam toda a discussão minimamente séria sobre o tempo em que vivemos. Não porque estejam inerentemente subjacentes aos verdadeiros problemas da sociedade contemporânea, mas porque têm um poder simplificador, e sobretudo porque reduzem os problemas a um conjunto de causas que são, sob a óptica dos que detêm o poder, mais consentâneas com os seus interesses económicos e conveniências políticas.

Discutem-se à exaustão as implicações da crise financeira que, em 2008 se alastrou por todo o mundo, sem nunca se discutir as suas verdadeiras causas e as ilações que dela se devem extrair. Somos constantemente confrontados com medidas que visam mitigar os efeitos da devastação causada por esta crise, e a intervenção do FMI é a versão mais recente desta crise em Portugal, porém nada nós é dito sobre os mecanismos de regulação dos mercados financeiros que se impõem implementar, e sobre o absolutamente necessário processo de depuração intelectual que se exige para desmascarar os gurus da desregulação dos mercados que por algumas décadas dominaram o pensamento universitário das cátedras de economia e administração de universidades de influência, e que influenciaram decisivamente as finanças internacionais.

Mas é óbvio que há problemas que são muito mais urgentes que a crise dos lucros dos manipuladores do mercado financeiro internacional. Em particular, adiar-se a resolução dos problemas da fome, das doenças, da pobreza e da educação por conta da crise financeira é simplesmente inaceitável. Há que se apoiar e fortalecer todos as instituições e actividades que tenham como objectivo resolver a médio prazo, e a mitigar a curto prazo, o problema da pobreza nas suas várias vertentes. E naturalmente, não serão os mercados a fazê-lo, ainda que ocasionalmente os seus agentes patrocinem acções de assistencialismo com fins políticos e mediáticos. Os problemas da fome e da pobreza são demasiado importantes e exigem uma acção concertada a nível local e internacional e a sua resolução não pode ser deixada à mercê de forças que não tem como objectivo a sua resolução. Como é bem sabido, a ideia de que a repartição do "bolo" faz-se natural e automaticamente depois de fazê-lo crescer, não passa de um artifício retórico desprovido de substância histórica. Para se alterar a paisagem social da desigualdade há que se ter políticas específicas de harmonização de salários, redução de privilégios acentuados, implementação de programas educativos e formativos abrangentes e prolongados, extinção do hábito da dependência de subsídios sociais (que em nossa opinião só podem ser temporários e, invariavelmente, concedidos em troca de trabalho, e pelo desenvolvimento de projectos e actividades.), etc.

Outra questão que na nossa opinião exige uma atenção particular e uma discussão aprofundada diz respeito ao perigoso declínio dos padrões educacionais na nossa sociedade. Julgamos que este problema coloca em risco um dos pilares mais fundamentais da nossa civilização. A um nível mais funcional poderíamos apontar como uma de suas causas a destruição da utilidade do processo educativo, dado que a aquisição de conhecimentos e qualificações já não ser, por si só uma vantagem decisiva no mercado de trabalho, mas naturalmente este é apenas um aspecto do problema. Há outras questões, que por serem aparentemente invisíveis, não são discutidas de todo. Como por exemplo, a do declínio visível do interesse dos alunos, e de muitos agentes educativos, no valor extrínseco da educação, da educação desligada das leis do mercado e de seus aspectos puramente instrumentais. Da educação como factor de riqueza pessoal e cultural, e alavanca do desenvolvimento da sociedade a longo prazo. Da educação como exercício socrático de análise, auto-análise e de escudo intelectual contra o sofismo dos modismos e de fundamentalismos laicos e religiosos. Porque, infelizmente, a educação só costuma ser tema de conversa quando estão em discussão questões puramente operacionais: processos de avaliação (de alunos e professores), matérias a ensinar (quando parece que a lógica na introdução e na supressão de disciplinas é regida exclusivamente pelo

interesse em passar todos os alunos, melhorando assim as estatísticas), o ranking das escolas (que coloca uma pressão adicional para os professores darem boas notas), etc. E há também aqueles que supõem ser a educação um tema reservado exclusivamente para os especialistas com conhecimento teórico das várias teorias científicas sobre o processo de aquisição de conhecimento, das suas metodologias, etc. E claro, nas universidades na Europa, discute-se invariavelmente a implementação do protocolo de Bolonha e a panóplia de problemas que a harmonização dos mínimos curriculares (que frequentemente se transformam em máximos) que este acordo visa atingir. Contudo, parece haver pouco interesse numa análise crítica dos pressupostos e consequências deste protocolo. Muito particularmente, um dos aspectos mais nocivos e potencialmente perigosos do protocolo de Bolonha já se faz sentir e diz respeito a um virtual esvaziamento das nossas universidades depois dos três primeiros anos, dado que a uniformização promovida por Bologna permite aos alunos concluir a sua formação universitária em qualquer universidade aderente ao protocolo. Naturalmente, isto exige das nossas universidades respostas de qualidade que tornem os anos finais das nossas licenciaturas mais competitivos e atraentes, porém tal requer investimento, o que se tem visto mais recentemente é o desinvestimento efectivo. Esta situação ameaça perigosamente a estabilidade e a manutenção do nosso sistema universitário e pode, caso se mantenha, agudizar as desigualdades sociais, as assimetrias regionais e acelerar a desertificação territorial.

E claramente, a discussão do problema da educação enquanto elemento transformador e renovador da sociedade tem que ser colocado no contexto particular das preocupações sociais do nosso tempo e da nossa sociedade. E há que se ter em conta, que a problemática da educação tem que ser discutida hoje num ambiente particularmente deletério e pouco generoso, dado que a destruição está na ordem do dia. A destruição dos valores do trabalho, da honestidade e da cultura; a destruição das instituições do estado-providência que após a Segunda Grande Guerra foi o principal responsável pelo desenvolvimento de sociedades mais igualitárias, e consequentemente mais estáveis e prósperas. Os agentes desta destruição são frequentemente os mesmos os arautos da desregulação dos mercados e as vozes que não se cansam de afirmar que o estado-providência é demasiado caro e que os direitos dos cidadãos que interessam são os de criar riqueza, riqueza que muitas vezes é hipocritamente colada à criação de empregos, embora esta frequentemente seja multiplicada através da supressão de empregos. Mas a verdade é que a defesa das ideias da social democracia, a principal responsável pela construção do sistema de valores que deu origem às sociedades mais justas e mais igualitárias, está em franco declínio. Mas há que se sair da posição defensiva e retomar a discussão aberta e livre de preconceitos. O liberalismo económico, apesar de ser frequentemente pensado como uma força política moderada, frequentemente liberta forças destrutivas que equivalem a revoluções encapotadas e, nalguns casos, engendram guerras, destroem economias inteiras, criam crises, desequilíbrios, fome e miséria, dando origem a uma perigosa e radical ideologia da amoralidade.

No campo da educação, a agenda do liberalismo é perfeitamente reconhecível: a educação é um luxo que as sociedades não podem e não devem apoiar. A educação deve ser vista como uma mercadoria disponível aos agentes sociais que têm meios para pagá-la. Sob esta óptica, todo o equipamento educativo e os agentes educativos devem ser mantidos e financiados pelos que podem pagar pelos seus serviços. Na nossa opinião, não deve haver qualquer dúvida que estas ideias representam, pelo menos na Europa, um retrocesso de várias décadas e que a sua adopção generalizada implicará numa força social de bloqueio à meritocracia, à inovação e à fluidez social. Não é difícil perceber que estas práticas afectarão a médio e longo prazo, inclusivamente a livre iniciativa, o empreendedorismo e a criatividade dos agentes sociais, pois quadros dirigentes e decisores públicos e privados constituídos essencialmente por elementos das classes sociais mais privilegiadas não são necessariamente os mais capazes, os mais criativos e inteligentes, os mais perseverantes.

E naturalmente, não se pode perder de vista o aspecto humanista e moral do debate. A riqueza gerada pela sociedade deve ser necessariamente distribuída por toda a sociedade e esta deve ter instrumentos para adoptar as melhores estratégias disponíveis para garantir o desenvolvimento harmonioso da riqueza material, cultural e espiritual que engendra. A nossa convicção é que este desenvolvimento só é justo e concretamente sustentável se envolver toda a sociedade e almejar acima de tudo a estabilidade e a igualdade social. A saúde, a educação, e o bem estar geral dos cidadãos devem ser prioritários no desenvolvimento da sociedade.